

(In)visibilidades: olhar, reconhecimento e as resistências à escuta

*(In)visibilities: gaze, recognition and the resistances
to listening*

Júlia Coutinho Costa Lima*

Resumo

O artigo toma como fio condutor o tema das invisibilidades, percorrido através de situações clínicas vividas no campo da psicanálise extramuros, em assistência a adolescentes em vulnerabilidade social. Utilizando o aporte teórico psicanalítico, o artigo busca contribuir com o debate sobre o tema a partir de reflexões que surgiram de impasses clínicos vividos nesse campo, lançando luz sobre algumas incidências transferenciais e contratransferenciais – como as resistências à escuta – que podem surgir quando lugares tão opostos na estrutura social são ocupados por analista e paciente.

Palavras-chave: Invisibilidade. Exclusão. Psicanálise extramuros.

Abstract

This article takes as a guiding principle the theme of invisibilities, going through clinical situations experienced in the field of psychoanalysis without walls, while assisting adolescents in social vulnerability. Using psychoanalysis as a theoretical support, the article seeks to contribute to the debate on the issue on the basis of reflections that emerged from clinical impasses experienced in this field, shedding light on some transference and countertransference incidents – such as the resistance to listening – that may arise when such opposite places in the social structure are occupied by analyst and patient.

Keywords: Invisibility. Exclusion. Psychoanalysis without walls.

* Psicanalista, associada do Círculo Psicanalítico de Pernambuco. Mestra em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Doutora em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, PE, Brasil. juliacoutinholima@gmail.com

Ao ser convocada a refletir sobre o tema das (in)visibilidades a partir da psicanálise, relembrei de uma experiência de trabalho que ocorreu há mais de 10 anos. Durante 7 anos tive a oportunidade de desenvolver um trabalho de supervisão com algumas equipes que trabalhavam na assistência pública com crianças e adolescentes em situação de rua, abrigados, em vulnerabilidade social. Foi quando conheci vários “invisíveis”. Dessa experiência, segui mobilizada e cheia de perguntas para uma pesquisa de doutorado.

Já faz 10 anos. E essa experiência ainda faz eco e barulho em minha memória! De lá pra cá muita água rolou, muita coisa mudou. Minha intenção com este texto é contribuir com o debate a partir de algumas reflexões que fiz, que surgiram de impasses clínicos vividos nesse contexto. Quem sabe sendo relançados agora, num outro tempo, ganhem outra luz, ou iluminem os fazeres?

O que falar da invisibilidade?

Lembro-me bem do dia em que José, um jovem muito simpático e falante (que estava no abrigo para adolescentes em situação de rua), pede para pegar a minha câmera de filmagem – pois eu filmava os grupos para a pesquisa – e começa a fazer pequenos filmes cantando músicas de MCs, rappers e artistas de quem ele gostava, todas com um toque pessoal, parodiando-as um pouco. “*Aí. Eu vou cantar um pedaço do meu funk aí, tá ligado na comunidade, pra gente aqui do pavilhão, é assim ó*”. E assim iniciamos uma espécie de brincadeira, ao final de todos os grupos, em que os adolescentes – especialmente José – usavam a câmera e faziam “vídeozinhos” musicais. Ele ficou muito animado e pedia que eu mostrasse aos técnicos da equipe, aos funcionários. Mostrar e mostrar de novo. Claro que a sedução pela imagem, além do gosto de usar livremente recursos de mídia e tecnologia – que são tão comuns na adolescência – estava em cena (o ano era 2011, não havia tanta difusão dos smartphones). Mas penso que não se pode esquecer da visibilidade que José ganhava, da necessidade de se mostrar aos adultos cuidadores, ser reconhecido em suas produções, em seu jeito de ser.

Olhem! ele parecia pedir. E me disse: “*você pode mostrar lá na sua universidade, pra todo mundo ver a gente aqui*”. O que será que comportava esse pedido? Ser visto e reconhecido, (talvez aplaudido?) por mim, pela universidade, por “todo mundo”. Buscando um “vínculo de reconhecimento”? Interessante que um jovem que já estava fora da escola há muito tempo, com história de

vivência na rua e no tráfico, peça para ser visto pela universidade. Ser visto pelos sujeitos e pelos saberes estabelecidos, lá nos espaços instituídos de construção do conhecimento. O que faz pensar em como os nossos saberes olham e se posicionam frente à realidade da exclusão. E também em como a invisibilidade pode tornar-se sintoma para nós e nossos saberes.

Mas José realmente fascinava um pouco com sua graça, sua capacidade de falar e cantar sobre as encruzilhadas da vida difícil, sobre a marginalidade, os ganhos do tráfico. Penso até que essa espécie de “fascinação”, de “brilho no olho” que ele provocava teve um importante papel no campo transferencial-contratransferencial, onde o olhar que o refletia passava a ser um olhar vivo, vibrante, brilhante, tão crucial para a mutualidade.

Em uma das músicas, parodiada dos *Racionais*, ele cantava assim:

“Esses papos me incomoda./ Se eu tô na rua é foda./ É, o mundo roda, eles podem me matar./ Já já meu processo tá aí./ Eu tenho que mudar. Eu tenho que existir”.

E era mesmo uma questão de existência. Existir através do olhar, da atenção, da admiração do outro. E talvez também, caberia pensar, resistir. Resistir ao olhar dessubjetivante que achata o sujeito a uma condição de objeto; olhar que aprisiona os sujeitos a lugares sociais com nenhuma significação simbólica positiva: são meninos de rua, cheiram cola, noiados, marginais. Uns *“Zé ninguém”*.

Sabe-se que o olhar e o ser visto têm papel primordial na estruturação dos sujeitos. Com Lacan, desde a formulação do estádio do espelho, seguindo com Françoise Dolto, entendemos que o modo pelo qual a criança se constitui como sujeito passa pelas palavras e pelo lugar simbólico que ocupa nas trocas com os adultos de referência. “A criança existe no imaginário, nos sonhos, nos sentimentos e no campo discursivo dos pais. E também da sociedade da qual seus pais fazem parte” (BEZERRA Jr., 2008, p. 26). O que lhe é expresso no modo como se referem a ela, a acolhem e lhe apresentam o mundo.

Winnicott, no seu artigo sobre *O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil* (1975) vai dialogando com Lacan e traz sua ideia de que o precursor do espelho é o rosto da mãe. Ao conjunto de funções primordiais do ambiente: *holding*, *handling*, apresentação dos objetos, acrescenta a função de refletir através do olhar, do rosto, o que o bebê traz, fazendo-o assim sentir que existe. Diz que toda criança precisa viver essa experiência de se ver refletida no rosto do outro, e que isso cria as bases para a apercepção criativa do mundo e dá lugar à posterior percepção objetiva. “Quando olho, sou visto; logo existo”, diz Winnicott, “Posso agora me permitir olhar e ver. Olho agora

criativamente e sofro minha apercepção e também percebo” (*Id., ibid.*, p. 157). Bem no princípio seria o rosto da mãe que reflete a criança, percebendo o que há nela para ser visto. O que se desenvolve para uma troca entre ver, ser visto e poder contribuir criativamente.

Mas nem sempre esse processo se dá sem problemas, muitas vezes pelas especificidades e problemáticas vividas pelos adultos em sua relação com a criança (quando o adulto vê o que não está lá, se vê, ou mesmo não vê o que lá está). Outras tantas vezes os problemas envolvem o entorno social, que abarca a família mas vai além dela, que tende a não ver, ou a aprisionar o sujeito em posições ou lugares sociais estigmatizantes.

Lembro, então, da fala de João, outro adolescente desse grupo, num certo ataque à equipe que o atendia. Ele disse:

“A pessoa olha pra pessoa assim, parecendo que a pessoa é um ladrão, um marginal. A senhora fala assim, que a senhora já tá bem de vida já. E a gente? Que tá preso aqui, se virando nada”. (...) “Quando meu irmão olha pra mim, assim, chega ele fica com pena, oxe! A senhora não sabe?! A senhora não?! Não já se formou não, é?! Oxe. É por isso que a senhora fala assim”.

O olhar de pena, o olhar que reduz, o olhar que acusa.

Essa fala de João ainda traz à cena a enorme diferença de posições na escala social: de um lado, os adolescentes em vulnerabilidade, fora da escola, “presos nos abrigos”, rendidos ao tráfico; do outro, os profissionais da escuta, psicanalistas, psicólogos, formados em universidade, “bem de vida”. Que incidências transferenciais e contratransferenciais podem ter esses lugares tão opostos na estrutura social? Desconforto, mal-estar, culpa, angústia... esses pareciam efeitos constantes. Daí a importância de reconhecê-los, localizá-los, nomeá-los. Ao se iniciar nesse campo de trabalho, ninguém está muito preparado para como lidar com perguntas agressivas em relação às diferenças de classes, por exemplo. Tudo caminha, às vezes, para o desenvolvimento de uma resistência à escuta.

Uma escuta psicanalítica das vidas secas é o belo título do artigo de Miriam Debieux Rosa, de 2002. Aqui ela discute de forma bastante apropriada esses impasses vividos pelos psicanalistas que trabalham com sujeitos que estão às voltas com o rompimento dos laços sociais. Ela também constata uma resistência à escuta desses sujeitos pobres e excluídos, que termina por reproduzir a violência simbólica e encobrir suas reais possibilidades de elaboração. Essa resistência seria uma faceta da relação transferencial nesse campo em que a complexidade da situação social, com suas urgências, suas precariedades, seu risco de vida, se atravessa na relação intersubjetiva, necessária ao atendimento clínico.

Miriam Debieux chama atenção para um duplo efeito negativo dessa resistência: o primeiro efeito é o psicanalista ficar exclusivamente sob o peso da situação social. Como se o peso fosse tão intenso que o psicanalista poderia terminar tomando o dito apenas pelo dito. Mas, como diz a música: “a gente não quer só comida”...

E, por outro lado, a gente precisa de comida.

O outro efeito dessa resistência seria igualmente danoso: seria o desconhecimento ou não reconhecimento das coordenadas que tocam a pobreza extrema, o que poderia levar o psicanalista a responsabilizar o sujeito pela sua situação, supondo uma decisão, ali onde há uma lógica de mercado. Percebendo o sujeito ora como vítima, ora como culpado, sem levar em conta a possibilidade de ele construir suas próprias respostas. Tudo isso tende a gerar um impasse que pode paralisar o trabalho. Impasse que muitas vezes mobiliza no psicanalista reações de revolta ou desânimo e o confronto com a impotência. Como sustentar a posição de escuta, testemunhando um sofrimento que se imiscui com as injustiças econômicas, mas sem assumir para si a culpa social? Sem encarnar no campo transferencial a dupla explorador/explorado, vítima/culpado ou, nos termos em voga: colonizador/colonizado? Sabemos, desde Freud, que no plano inconsciente esses tipos de polarizações em opostos andam juntos e se deslocam mutuamente: sou culpado porque sou vítima, oprimo o opressor, e por aí vai.

Ainda essa mesma questão sob outro ângulo: como sustentar a escuta da dor, do traumático e da ambivalência que são experimentadas por esses jovens no cotidiano da exclusão e da marginalidade? Ou, como dar espaço às falas que não traduzem o discurso esperado de jovem trabalhador esforçado, por exemplo quando, num grupo, José fala:

“O cara desistiu de trabalhar e foi vender crack. Uma coisa que ninguém deve fazer, né? ((Por quê?)) Porque é um bagulho incorreto, né tia? Porque o bonito é ter a carteira de trabalho assinada. Se ver a polícia (faz gesto de mostrar a carteira). Né não? Assinada. Porra nenhuma!!! Eu dou é na cabeça. Essa porra não cansa, não é? O cara corre, corre, ((esbaforido)). Meu Deus!”

Poderíamos nos perguntar que carteira assinada? Qual a alternativa ao crack? “Porra nenhuma?!”. Quais são os “trabalhos honestos” que restam a meninas e meninos como José? Ele próprio tem a percepção de que lhe restam apenas lugares profissionais desvalorizados socialmente e de baixa remuneração. Ele elencava: “O cara pode catar latinha, reciclar, vender picolé, lavar um carro”. Na encruzilhada do «dinheiro fácil «do tráfico e do «dinheiro suado», nem um, nem outro parece ser realmente lucrativo: um podendo significar o

preço da própria vida, e outro, o preço de muito suor, pra pouco ou nenhum reconhecimento social (TAKEUTI, 2001). Uma situação que tem repercussões importantes nas estratégias de valorização narcísicas. E, às vezes, repercussões também na relação transferencial, como quando José perguntava à psicóloga que o atendia se ela não tinha uma vaga de emprego como jardineiro na casa dela. Parece que a realidade da falta material interfere nas possibilidades de escuta do dito, fechando os sentidos. E a falta de oportunidades de emprego – que é bem real – ofusca outras interpretações possíveis dessa fala: um desejo de estar próximo, na casa dela, cuidando de seu jardim, suas flores.

Mas será que no fundo, e afinal, todo o trabalho em psicanálise – em qualquer campo que se esteja – não lida com essas mesmas armadilhas e impasses? Poder escutar para além do dito, encontrar o sujeito em sua singularidade e estar atento aos modos pelos quais as vicissitudes da relação transferencial repetem marcas e marcos significativos?

E quando o excesso de “realidade” invade a cena? Invade o espaço para as trocas clínicas? Excesso de realidade presente na agressividade que eclode, com os adolescentes e crianças “tocando o terror”, derrubando, destruindo e jogando pedras entre si e dirigidas à casa em que funcionam os serviços. Quando a agressividade, que poderia fazer parte do movimento criativo em direção à vida, não encontra sustentação no ambiente de relações desses jovens e o circuito se rompe em direção ao caminho da violência e destruição. Conter e seguir buscando os canais de fala e escuta? Proteger a equipe? Proteger os outros jovens? Proteger as paredes e materiais da instituição? O que mais?

Nessa experiência de trabalho tivemos que refletir em supervisão uma vez sobre um “encaminhamento apressado” num desses momentos de tumulto, em que a equipe sentiu que precisava chamar a polícia para buscar “restaurar” a paz e a lei. Claro que ninguém escuta ninguém sob chuva de pedras; mas ao mesmo tempo o que isso dizia sobre essa configuração de “nós” e “eles”? Como esses jovens voltariam a ser atendidos, após passarem pelo trato dos nossos policiais, “agentes da lei”? Passamos a pensar em como vivíamos tendo que transitar entre posturas educativas-pedagógicas e posturas propriamente *psis* de escuta e cuidado. E também pensar em como as figuras da lei eram precárias em condições tão fortes de ruptura do pacto social. Precárias no sentido de ausentes, mas também de excessivamente arbitrarias e autoritárias. Lembremos então do personagem do Policial nos filmes de Charles Chaplin. Aquele que aparecia vigiando suas travessuras, de sobrelhas levantadas sempre que o pegava em flagrante. E foi assim que surgiu a ideia de conversar com a guarda municipal comunitária do bairro e criar um “ponto de cafezinho e lanche”

dentro do espaço do projeto para os guardas – sempre aqueles mesmos de referência, isso foi combinado – que vez ou outra apareciam lá, tomavam café com bolachas, passando a fazer parte, com sua figura de respeito, do cenário e do horizonte dos jovens do lugar. Bem, foi uma ideia, foi uma tentativa. E passamos algum tempo mais sossegados afinal. Outras estratégias que surtiram efeito produtivo foram aquelas baseadas nas ideias de reparação e de aposta na potência criativa dos jovens, como por exemplo quando foi combinado com eles que pintariam as paredes da casa que tinham estragado.

Uma das características do trabalho *psi* no campo da assistência social, como fala Miriam Debieux é “que ele se opera na vigência de situações de risco social, ou mesmo risco de vida; opera-se nas urgências de intervenção, na concretude e amplitude daquilo que falta” (DEBIEUX, 2002, p. 05). Esse aspecto do trabalho parece colocar questões importantes para a disponibilidade dos psicanalistas que atuam nesse campo, para sua capacidade de manter a aposta nas construções feitas e capacidade de agir numa situação de crise sem perder tanto de sua criatividade, para que possa ajudar a manter a esperança ainda que na “corda bamba”.

Ou seja, ainda que se saiba que as urgências e a pressa são avessas ao trabalho analítico, talvez ainda haja muito trabalho que os psicanalistas podem sustentar e criar a despeito delas. Para isso caberia nos imaginarmos também como agentes de cuidados, numa clínica do cuidado. O cuidado com o outro, lembra Luís Cláudio Figueiredo (2009), envolve uma forma de permitir ou facilitar que se crie um sentido humano, que se faça uma tessitura de um solo humano para a existência. Em sua “metapsicologia do cuidado” ele vai buscar no vasto referencial psicanalítico elementos para pensar como os agentes cuidadores podem desempenhar sua função. E diz que exercemos nossa função no equilíbrio entre uma presença implicada e uma presença em reserva.

A presença implicada é aquela que, de forma comprometida e atuante, faz coisas e pode se apresentar sob várias modalidades: as funções de sustentação e continência (aquelas que criam um ambiente que garante a continuidade e proporciona experiências de transformação suportáveis). Há também a função de reconhecimento, que é essencial para o recorte que faço aqui. Ela está em jogo quando o cuidador é capaz de prestar atenção e de reconhecer o objeto de cuidados no que ele tem de singular. O que pode ser desdobrado em testemunhar e refletir. Quando o cuidador reconhece, dá testemunho disso e, se possível, leva de volta ao sujeito sua própria imagem. A figura da presença como testemunho ganha relevo, sobretudo, na sobrevivência às situações traumáticas, na importância da escuta de um outro que testemunha e reconhece o horror vivido, sem

sucumbir a ele. Outra modalidade de implicação seria a interpelação, quando o cuidador se apresenta como um diferente, que é fonte de questões e enigmas. Todas essas modalidades de implicação precisam agir em equilíbrio para que o cuidado se dê, mas também precisam se equilibrar com a presença em reserva, com a moderação de seus fazeres, evitando os excessos de implicação e abrindo espaço para que algo do sujeito surja e aconteça.

Cuidado, implicação, comprometimento, reconhecimento, testemunho. São posições que carregam junto muitas mobilizações, exigem muita disponibilidade afetiva de nós, analistas, e colocam exigências particulares à nossa responsabilidade.

Para ir concluindo, gostaria de não deixar de mencionar que não podemos nos imaginar sozinhos nessa empreitada, que apesar de fazermos muito com nossa escuta e nossa presença, precisamos seguir batalhando para que o Estado assegure mais espaços, serviços e instituições de saúde e assistência públicos. Pois as instituições em si mesmas podem funcionar como um lugar de endereçamento, um lugar que possa ajudar esses jovens a fazer a passagem, de um apelo, um “grito de socorro”, a uma demanda. Apelo, muitas vezes, perpassado pelo ódio e pela agressividade, mas que pode, se sustentado, fazer entrever tentativas de filiação e de inscrição. Batalhemos então! E que não sucumbamos à impotência, nem ao conformismo, afinal, a clínica é ensaio e experimentação, deve ser sempre reinventada.

Tramitação

Recebido 06/03/2023

Aprovado 24/05/2023

Referências

BEZERRA Jr., B. Os desafios de um experimento. In: MILMAN, L.; BEZERRA Jr., B. (Org.). *A casa da árvore: uma experiência na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 15-29.

DOLTO, F. *A criança do espelho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FIGUEIREDO, L. C. *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2009.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

ROSA, M. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista de psicanálise TEXTURA*, v. 2, n. 2, p. 42-47, 2002.

TAKEUTI, N. *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WINNICOTT, D. W. O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 153-162.